

IN THE NAME OF GOD: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DO AMÁLGAMA DA RELIGIÃO E POLÍTICA NOS ESTADOS UNIDOS ANALISADA POR MEIO DOS DISCURSOS DE GEORGE W. BUSH

IN THE NAME OF GOD: A HISTORIC PERSPECTIVE OF THE AMALGAM OF RELIGION AND POLITICS IN THE US ANALYZED BY MEANS OF THE SPEECHES OF GEORGE W. BUSH

Kleber Maia Marinho

Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); psicólogo formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

E-mail: klebermm@uol.com.br.

RESUMO

O presente artigo localiza-se na confluência da religião com a política. A inserção da religião na esfera política dos Estados Unidos fez-se presente desde o início de sua fundação e, desde então, ambas permaneceram imbricadas, constituindo um complexo sistema de convívio, cuja influência foi determinante nos desígnios da nação. No entanto, foi a partir da posse de George W. Bush, mais notadamente após os atentados de 11 de setembro, que tal fenômeno ganhou ênfase e repercussão mundial como talvez jamais antes na história. Nesse sentido, o presente trabalho tem como propósito analisar a relação de fatos histórico-culturais, sociológicos e psicológicos com tais eventos político-religiosos. Em termos específicos, este artigo debruçou-se sobre o estudo de fenômenos arraigados na cultura estadunidense que foram preponderantes na sustentação da política de Bush. Assim, buscou-se avaliar até que ponto o 11 de Setembro serviu de ênfase na retórica religiosa do discurso de Bush, como meio instrumental para legitimar a guerra no Iraque, seu *modus operandi* político e, eventualmente, ajudá-lo na reeleição. Para tanto, valemo-nos, como procedimento teórico, da metodologia hermenêutica, construída em cima de uma linha de investigação teórico-bibliográfica ancorada pela teoria filosófico-lingüística da Nova Retórica de Chaïm Perelman.

Palavras-chave: Religião e política; Análise do discurso; Onze de Setembro; Governo Bush; História dos Estados Unidos.

ABSTRACT

The present article lies at the intersection between religion and politics. Religion was embedded in the political scenario of the US at the onset of the nation and, since then, religion and politics have been intertwined into a complex system of coexistence that has strongly influenced the country's destiny. However, it was after the inauguration of George W. Bush, most notably following the attacks on 9/11, that such phenomena gained emphasis and global repercussion, at a level never before seen in history. In this regard, the present work intends to analyze the relation of historical-cultural, sociological and psychological facts on the political-religious events. More specifically, this article examines the phenomena that are deeply rooted in the culture of the United States and have played a key role in supporting Bush's political actions. In this way, it evaluates the degree to which the events on 9/11 served as a bulwark for the religious rhetoric in Bush's discourse and became a tool to legitimate the war against Iraq, his political *modus operandi* and, ultimately, lead him to reelection. The theoretical basis for the work is the hermeneutic methodology, built on a theoretical and bibliographic line of investigation based on Chaim Perelman's philosophical-linguistic theory of the New Rhetoric.

Keywords: Religion and politics; Discourse analyses; September 11; Bush Administration; US History.

1. INTRODUÇÃO

Desde antes da concepção do que hoje conhecemos como Estados Unidos, lá na pátria-mãe gestora, Inglaterra, religião e política já entrecruzavam os caminhos, beirando a indiscriminação, geração após geração, entre reis e rainhas, súditos e sucessores, pais e filhos. E, desse modo, prosseguiram ao longo de todo o processo de construção daquele país até os dias vigentes. Enveredaram em jornada conjunta, ora amistosa, ora conflituosa, mas passo a passo constituíram um amálgama que se configurou decisivo na história política dos Estados Unidos.

É praticamente impossível encontrar um único presidente dos Estados Unidos que não tenha incorporado um *corpus* religioso em suas palavras, gestos ou em parte da administração presidencial. Direta ou indiretamente, Deus sempre esteve invocado por algum instante na política dos Estados Unidos, especialmente na presidência.

Nesse sentido, o presente artigo foca prioritariamente a atenção no processo em que a religião entremeia-se ao contexto político dos Estados Unidos, escolhendo, para isso, a retórica de Bush como elemento de análise, mormente à época do episódio de 11 de setembro. Aventa-se como hipótese

que Bush torna-se mais um presidente na história estadunidense a fazer uso da retórica religiosa em seus discursos políticos; porém, desta vez, o detalhe da diferença reside na proporcionalidade — e suas decorrentes consequências — com que o governo atual imprime essa marca nas páginas da história dos Estados Unidos e do mundo, notadamente após o desmoronamento das torres gêmeas.

É verdade que Bush utilizou-se da retórica religiosa desde o seu primeiro discurso oficial e, dali em diante, não parou mais de incluí-la em sua fala pública, bem como em suas ações políticas; mas foi sobretudo após 11 de Setembro que observamos não somente a prevalência enfática desse recurso argumentativo nas palavras de Bush, mas também a resposta acolhedora e consente da maior parte do público estadunidense, ao tom de quase tudo aquilo que ouvia¹.

Assim, de forma sintética, este artigo pretende ponderar até que ponto o 11 de Setembro serviu de ênfase na retórica religiosa do discurso de Bush, agindo como: um meio instrumentário ou, ao menos, um centro catalisador para legitimar a guerra no Iraque; um facilitador ao *modus operandi* político do governo Bush; e, eventualmente, mais uma ferramenta para alavancar sua reeleição.

Em termos ainda mais específicos, o presente artigo sopesa significados religiosos incutidos na noção de liberdade estadunidense e aponta determinados fenômenos arraigados naquela cultura que possam ter contribuído e, mais do que isso, dado sustentação, à política do atual presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.

2. UMA MARCA IMPRESSA NA HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS

“Os povos guardam sempre as marcas da sua origem. As circunstâncias que acompanharam o seu nascimento e serviram ao seu desenvolvimento influem sobre todo o resto da sua existência” (TOCQUEVILLE, 1977, p. 29).

No caso dos Estados Unidos, as marcas da origem, as circunstâncias que envolveram a busca pelo Novo Mundo e todo o caminho trilhado a partir dali, aos poucos, foram delineando um corpo, assim como um rio que, ao receber o deságüe por seu leito, forma, lenta e gradativamente, sulcos na terra, os quais, apesar de estarem encobertos pelo vasto volume de água, acabam por determinar o curso da corrente. Uma dificuldade que amiúde impede uma análise substancialmente mais acurada nessa relação é a lacuna ou imprecisão do registro do passado, isto é, de como tudo foi originado de tempos mais remotos até o princípio; no entanto, esse não foi o caso da *América*.

¹ Para uma análise mais detalhada, ver Marinho (2006).

Há registro histórico dos estágios iniciais da fundação dos Estados Unidos, que remonta desde as fracassadas tentativas ao final do século XVI até o êxito, a partir do século XVII (SELLERS, 1985). Sabemos quais eram as expectativas e os anseios que homens e mulheres daquele tempo depositavam no Novo² Mundo, o que de fato lá encontraram e como se deu tal desenvolvimento. Também temos conhecimento dos ideais, dos valores, das concepções e, enfim, de todos os aspectos sociopolíticos, culturais e religiosos que envolviam aquela época.

A formação do que ainda viria a ser chamado de Estados Unidos da América teve uma particularidade que Tocqueville (1977, p. 30) descreveu da seguinte forma:

A América é o único país onde se pôde assistir ao crescimento natural e tranqüilo de uma sociedade e no qual foi possível distinguir precisamente a influência exercida pela origem sobre o futuro dos Estados.

Para esse autor, a origem do povo explicaria muito do que ali seria configurado:

Quando, depois de termos atentamente estudado a história da América, examinamos com cuidado o seu estado político e social, sentimos profundamente convencidos desta verdade: não há sequer uma opinião, sequer um hábito, sequer uma lei, poderia dizer mesmo sequer um acontecimento, que não possa ser explicado sem dificuldade pela origem do povo (TOCQUEVILLE, 1977, p. 30).

2.1 O NASCIMENTO

Virgínia — a primeira colônia inglesa fundada na *América*³ — foi transformada em um grande centro de produção de tabaco. Os trabalhadores rurais pobres, sem terra e perspectiva, não hesitavam em se aventurar rumo à *América* para exercer funções serviçais, por tempo determinado, de alguém que lhe custeasse a viagem. A servidão contratual, embora severa, tinha prazo para acabar, pois o trabalho era caro e as terras no Novo Mundo, muito baratas. Logo, em menos de dez anos, alguns daqueles imigrantes conseguiam comprar fazendas e passar de serviçal a especulador, dono de terra. Dessa maneira, originavam-se ao sul colônias com maior ênfase na exploração (SELLERS, 1985).

² Tal adjetivo já denota *per se* uma expectativa.

³ Doravante, o grifo na palavra América e em seus derivados servirão para destacar a apropriação lingüística do termo, que, conforme o historiador Tota (2000, p. 26) designa: “[...] desde os primórdios, um desejo inconsciente, que se traduziria na idéia do ‘destino manifesto’ [...]”.

Entretanto, no outono de 1620, mais ao norte, outro tipo de colonização (povoamento) acontecia nas costas da Nova Inglaterra. A *América*, consagrada terra de oportunidades, tornava-se também um refúgio aos religiosos perseguidos. Foi sob esse desígnio que um notório grupo⁴ de peregrinos lançou-se ao mar a bordo do navio Mayflower e, após enfrentar uma tempestade, chegou a Cape Cod, estabelecendo-se nas proximidades de Plymouth sob a liderança dos separatistas John Robinson, William Brewster e William Bradford⁵.

2.1.1 OS PEREGRINOS

Aportaram a 200 quilômetros mais ao norte do destino planejado e, portanto, fora dos territórios da Companhia. Assim, a fim de dar valor legal à chegada à costa *americana*, bem como buscar proteção mútua, redigiram, ainda a bordo do navio, o Pacto do Mayflower, um documento assinado por 41 adultos e considerado a primeira “Constituição” dos Estados Unidos. Tratava-se de um acordo de autogoverno, inspirado em idéias puritanas radicais. Consoante o documento, os colonos constituíam um corpo político civil que governaria todos conforme a vontade da maioria e, todavia, prometia toda a devida submissão e obediência a leis justas e iguais (SELLERS, 1985).

Como se não bastasse o enfrentamento da árdua viagem a bordo de um navio rudimentar, os Pais Peregrinos (*Pilgrim Fathers*) ainda tiveram de encarar um rigoroso inverno, desnutrição e doenças ao longo do primeiro ano.

No entanto, para esses peregrinos havia um significado maior que a um só tempo acalentava as esperanças e justificava todo o sofrimento por que passavam: eles acreditavam que refaziam a jornada à Terra Prometida. Por esse motivo, sentiam-se tal qual o povo eleito, no caso, a caminho da fundação de uma nova Canaã, idêntico ao Êxodo (A BÍBLIA..., 1981, p. 83): “[...] uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel [...]”. E, sem titubear, continuavam a tecer comparações bíblicas enlaçando semelhanças entre os hebreus fugidos do Egito — “Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir daquela terra [...]” — e a perseguição contra eles na Inglaterra, entre a provação da travessia do deserto do Sinai e a sofrida viagem deles pelo oceano Atlântico, além das indicações divinas que

4 Grupo composto por homens, mulheres e crianças com certa heterogeneidade entre si. Havia 35 presbiterianos profundamente religiosos que buscavam um lugar para viver em paz conforme suas convicções religiosas, sendo 87 passageiros separatistas ou pertencentes a famílias dessa origem. Os demais se encaixavam na jornada à procura de fortuna, oportunidade e aventura (BEALE, 2000, p. 107 et seq.).

5 Em virtude de John Carver — eleito o primeiro governador de Plymouth — falecer poucos meses após a chegada ao Novo Mundo, William Bradford foi escolhido como sucessor e, portanto, reconhecido como o primeiro governador — reeleito 30 vezes — daquelas terras, até sua morte, em 1657 (BEALE, 2000, p. 22 et seq.).

os levariam a uma nova terra. Dessarte, imbuídos dessas inspirações firmaram o Pacto do Mayflower. Haja vista o comentário da historiadora Junqueira (2003, p. 166) sobre o assunto:

Esses puritanos, ao atravessarem o oceano numa viagem difícilíssima e a bordo de uma embarcação precária, colocavam-se como um povo eleito. Referiam-se a si próprios como os novos hebreus que atravessavam o Atlântico em direção à Terra Prometida. Eles afirmavam que, tal qual o povo eleito do velho testamento bíblico, libertavam-se da tirania. Com uma diferença: agora se libertavam da tirania inglesa e das amarras da Igreja Anglicana que não lhes permitira exercerem a sua fé religiosa como queriam. [...] atravessar o Oceano era uma espécie de travessia para um outro tempo — o tempo mítico, no qual o mundo começaria do zero, tendo o protestantismo como centro e o asceticismo moral como objetivo de uma vida virtuosa.

Outro autor, o sociólogo Bellah (1994, p. 5-6, tradução nossa), ao discorrer sobre a origem do mito da *América*, aventa que, atrelado à concepção de Novo Mundo, existia um sentido de novidade cujo significado remetia a um valor maior do que poderia ser suposto:

A novidade, que era um atributo tão memorável daquilo que foi chamado de “novo” mundo, não foi compreendida somente como uma novidade para seus descobridores e exploradores europeus, mas como uma novidade em um sentido primitivo e absoluto: novidade das mãos de Deus. Aquele sentido de novidade indelével que, sendo uma bênção e uma maldição ao longo da nossa história, não evaporou até hoje.

Ademais, o Novo Mundo, desde o princípio, mostrava-se um campo fecundo para projeções como a relação dual que oscilava entre a representação do paraíso e do deserto, tal como acontecia na versão bíblica, colocada por Bellah (1994, p. 5-6, tradução nossa) da seguinte forma:

Sobre essa tela [*América*] projetaram certas fantasias, sonhos e pesadelos há tempos trazidos na bagagem da tradição européia, mas que raramente antes disso encontrara um objetivo correlato tão vívido e concreto. Assim, a América passou a ser imaginada como um paraíso e um deserto, com todas as ricas associações dos termos nas tradições cristãs e bíblicas, ou, mais simplesmente, desse modo, os europeus imaginaram a América tanto como céu quanto inferno.

Todos os aspectos que giram ao redor dessa viagem não somente constituem um episódio marcante na história dos Estados Unidos, mas também fa-

zem parte do imaginário dos cidadãos dos Estados Unidos, um fato cuja relevância representativa só pode ser avaliada quando analisamos, por exemplo, quanto da imagem dos peregrinos, da difícil viagem e de tudo que envolve aquela época, via de regra, é utilizado por políticos, pela mídia e por personalidades públicas como um todo. Nas palavras de Junqueira (2001a, p. 332-333):

Ainda que os Estados Unidos tenham sido colonizados por uma diversidade grande de grupos, foram os peregrinos e os seus textos sobre a travessia do oceano Atlântico, o pacto do Mayflower e as dificuldades encontradas no início da colonização que permaneceram mais fortemente no imaginário daquele país. Assim, os peregrinos se transformaram em heróis e a “saga” da travessia do Atlântico, em mitologia. Ainda hoje, a idéia de povo eleito — (re)construída pelos peregrinos a partir da Bíblia — é recuperada freqüentemente e tornou-se essencial para entender o imaginário norte-americano. Isto não quer dizer que todos os norte-americanos concordem com tal visão, mas sim, que eles concordam que a idéia de povo eleito — constantemente revisitada por políticos, escritores e pela mídia — é uma criação da cultura norte-americana. Textos e sermões dos peregrinos são lembrados ainda hoje, pois encontram ressonância na sociedade norte-americana. Foram utilizados tanto por conservadores, como foi o caso de Ronald Reagan, quanto pela resistência, como foi o caso de Martin Luther King Jr. no período da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos.

Poder-se-ia afirmar que a importância dos Pais Peregrinos reside no fato de que, a despeito da diversidade dos tipos de colonos que ali desembarcaram — seja pelo aspecto cultural, social, econômico, religioso, racial ou qualquer outro —, não há como negar que aqueles primeiros desbravadores acabaram tornando-se uma referência, um modelo de luta, garra, determinação e orgulho a ser seguido por muitos cidadãos dos Estados Unidos. Afinal de contas, criou-se um universo imagético indelével em torno daqueles pioneiros. Mesmo que aqueles peregrinos sejam considerados os pais de apenas uma parcela da população dos Estados Unidos, conhecida por WASP⁶, ainda assim, foram eles, de certa maneira, os fundadores do que hoje conhecemos como Estados Unidos da América. Deve-se ressaltar, contudo, que não é apropriado criar generalizações que considerem os peregrinos protestantes como o padrão dos Estados Unidos, pois fazer isso é incorrer em um erro histórico crasso e, obviamente, não é esse o caso.

Nota-se, contudo, que não se trata de uma história qualquer. É a história de um povo que, análogo a um conto de fadas ou um mitologema, foi contado e recontado por gerações de distintas tradições familiares, louvado e

6 *White anglo-saxon protestant*: branco, anglo-saxão e protestante.

ensinado na escola, repetido e ecoado no meio sociocultural e político. Desse modo, de história factual passa a ser um símbolo, que, como tal, sempre carrega energia e emoção; forças que atraem a sensibilidade humana à medida que produzem mobilidade e promovem transformação.

Nesse sentido, compreende-se por que a imagem e a representação dos Pais Peregrinos parecem indissociáveis da formação dos Estados Unidos. E, como vimos, a isso também foi agregado o Pacto do Mayflower, uma situação político-religiosa igualmente inseparável, como expõe Junqueira (2003, p. 167):

Terminadas as guerras de Independência e procurando construir uma identidade, uma unidade para aquelas treze colônias, os norte-americanos afirmavam-se como descendentes diretos dos pais peregrinos. Primeiro porque eles haviam rompido com a Inglaterra; e segundo porque aquela comunidade religiosa do século XVII era um grupo que tinha como projeto princípio da congregação, firmado no Pacto do Mayflower. Se, antes, só os puritanos se viam como povo eleito, agora todos os Estados Unidos se colocavam como herdeiros dos hebreus. Aos poucos foi se criando uma versão da história norte-americana, na qual alguns temas foram selecionados e outros relegados ao segundo plano. Por exemplo, essa versão que escolhe os puritanos da Nova Inglaterra como centrais na formação da cultura norte-americana exclui a contribuição do Sul dos Estados Unidos na formação da nação.

Assim, o Pacto do Mayflower inaugura a organização de um corpo político civil que se mistura ao religioso, isto é,

[...] uma espécie de congregação com o objetivo de obter alguns consensos nas decisões e com a finalidade de construir uma sociedade em termos religiosos (JUNQUEIRA, 2003, p. 167).

Algo igualmente notado por Tocqueville (1977, p. 35): “o puritanismo, como já disse antes, era uma teoria política quase tanto uma doutrina religiosa”.

2.2 UMA CIDADE SOBRE A COLINA

Somente anos mais tarde (1630), com a chegada de outro grupo de peregrinos, sob a liderança de John Winthrop⁷, essa prática político-religiosa, no entanto, seria de fato definida. Era o germen de uma história de autono-

⁷ John Winthrop foi eleito primeiro governador da colônia da Baía de Massachusetts em 1629, antes mesmo de partir de Yarmouth, Isle of Wight, Inglaterra, rumo à América. Sob seu comando havia uma expedição de 11 embarcações composta por cerca de 700 pessoas, quase todos puritanos. Os colonos, financiados pela Companhia da Baía de Massachusetts, primeiro chegaram a Salem, depois passaram por Charlestown e, em busca de água fresca e melhores condições, dirigiram-se a Shawmut (Boston), onde fixaram povoamento (BREMER; BOTELHO, 2005).

mia cujas sementes eram aspergidas na *América* pelas mãos religiosas desse líder, que se tornou o primeiro governador de Massachusetts, também conhecido como o fundador da Nova Inglaterra.

Winthrop acreditava que todas as nações tinham um pacto com Deus e, por esse motivo, os puritanos deveriam renunciar à Inglaterra, visto que lá o pacto havia sido rompido. Teriam de purificar a Igreja Anglicana de todas as influências herdadas da Igreja Católica e, para isso, era necessário criar um novo pacto com Deus, como o povo de Israel; desse modo, fundariam um exemplo de modelo religioso a ser seguido por simpatizantes dessa causa no Velho Mundo.

Muito mais do que uma fundação, os puritanos tinham como idéia constituir uma comunidade baseada em uma nova ordem eclesiástica e política, onde pudessem viver em liberdade conforme suas aspirações religiosas. E, talvez, o que melhor expresse esse desejo esteja refletido nas palavras do famoso sermão *A Model of Christian Charity*, que Winthrop pregou aos seus companheiros puritanos antes⁸ de embarcar no navio Arbella. O pequeno trecho a seguir ilustra quais eram os anseios do governador para aquele lugar conhecido como *Wilderness*⁹:

Devemos juntos sustentar um comércio familiar com toda obediência, gentileza, paciência e generosidade, devemos aprazer-nos mutuamente, fazer da condição do outro a nossa própria, regozijar-nos juntos, prantear juntos, trabalhar e sofrer juntos, tendo sempre presente no espírito a missão de nossa comunidade, na qual todos devem ser membros de um mesmo corpo. Desse modo, devemos manter o espírito unido em um laço de paz. O Senhor será nosso Deus, e alegre em ficar conosco, como parte de nós, abençoar-nos-á em todos nossos caminhos. [...] Vamos descobrir que o Deus de Israel está entre nós, quando dez de nós conseguirmos resistir a mil de nossos inimigos [...] Por isso devemos ponderar que seremos como uma cidade sobre uma colina¹⁰, os olhos de todo mundo se voltarão para nós [!], de modo que se agirmos com traição ao nosso Deus nesta missão que estamos incumbidos, e isso faça com que Ele retire Sua presente ajuda de nós, seremos tornados história e um provérbio no mundo todo [...] (MILLER, 1982, p. 81, tradução nossa).

- 8 Historiadores sempre alegaram que o sermão se deu a bordo do navio, pouco depois de este aportar no Novo Mundo, porém pesquisas recentes apontam que o evento foi dado pouco antes do embarque, na Inglaterra (CRAIN, 2003).
- 9 A palavra *Wilderness*, muito atribuída ao Novo Mundo, carrega a particularidade de possuir vários significados e aspectos subjetivos, pessoais e simbólicos; alguns exemplos: deserto, natureza, mato, floresta, mata virgem, ermo, solidão, região inculta, imensidão, entre outras acepções. No Êxodo (A BÍBLIA..., 1981), *wilderness* é o caminho que Moisés percorreu do Egito até Canaã. Também “é considerado um dos elementos básicos da construção da identidade e do nacionalismo norte-americano [...] da matéria-prima do *wilderness* físico os norte-americanos construíram sua cultura, conferindo-lhes identidade e significado desde os primeiros colonos” (JUNQUEIRA, 2001a, p. 326).
- 10 Essa parte do sermão é baseada em Mateus (A BÍBLIA..., 1981, p. 1288): “Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte”.

Caso não considerássemos esse sermão como uma ilustração daquilo que decisivamente simboliza “as marcas da origem” de um povo, algo que acompanharia e influenciaria os cidadãos dos Estados Unidos ao longo de sua história, então a que atribuiríamos a utilização desse sermão — e toda a representação que ele carrega — em tantos momentos relevantes da história dos Estados Unidos?

Um considerável número de pessoas, cada uma a seu modo, fez com que aquelas idéias continuassem a retumbar nos ouvidos estadunidenses em algum instante, fossem presidentes, políticos, militares ou líderes populares, fossem de raças, ideologias, convicções religiosas e posicionamentos políticos antagônicos entre si. Entre alguns nomes, podemos citar: os presidentes John Adams, Abraham Lincoln, John F. Kennedy, Lyndon B. Johnson, Ronald Reagan, George H. W. Bush, Bill Clinton e George W. Bush; políticos e candidatos à presidência como John F. Kerry, Wesley Kanne Clark e Howard Dean; o então general (futuro presidente) Dwight D. Eisenhower e o líder popular Martin Luther King, entre outros.

Na realidade, o que existe por trás dessa repetição é a criação de um mito; por isso, perpassa o tempo sem detenção; por isso, ecoa, faz sentido e, bem aproveitado, é reproduzido por políticos que naturalmente não desprezam tal importância. De história, passa a referência e, por conseguinte, torna-se um mito. Sobre a conexão e importância dos indivíduos em relação aos mitos, Campbell (2003, p. 4) afirma:

Muitas histórias se conservam, de hábito, na mente das pessoas. Quando a história está em sua mente, você percebe sua relevância para com aquilo que esteja acontecendo. Com a perda disso, perdemos efetivamente algo, porque não possuímos nada semelhante para pôr no lugar.

Esse pode ser o início de uma pista que nos relata uma faceta concreta da relevância do mito, isto é, um povo precisa de referência, de memória, de um ponto de partida, de um *locus* que aponte qual caminho deve ser tomado. Mito, do grego *Mythos*, deriva de dois verbos: o primeiro *mytheo* significa contar, narrar, falar algo para outros, enquanto o segundo, *mytheo*, de raiz similar, pode ser traduzido por conversar, contar, anunciar, nomear ou designar. Na antiga Grécia, o mito era narrado a ouvintes crédulos que aceitavam o que recebiam como uma história de origem testemunhada. Parece que esse é outro ponto de partida que ajuda a entender o que Byington prefaciou a respeito do mito:

Os pais ensinam aos seus filhos como é a vida, relatando-lhes as experiências pelas quais passaram. Os mitos fazem a mesma coisa num sentido mais amplo, pois delineiam padrões para a caminhada existencial através da dimensão imaginária. Com o recurso da imagem e

da fantasia, os mitos abrem para a Consciência o acesso direto ao Inconsciente Coletivo. [...] além de gerarem padrões de comportamento humano, para vivermos criativamente, permanecem através da história como marcos referenciais através dos quais a Consciência pode voltar às suas raízes para se revigorar. [...] são, por isso, os depositários de símbolos tradicionais no funcionamento do Self Cultural, cujo principal produto é a formação e a manutenção da identidade de um povo (BRANDÃO, 1994, p. 9-10).

Junqueira (2001b, p. 11-12), de forma mais direta, toca no ponto fulcral do mito que envolve o povo estadunidense:

O mito de que os norte-americanos são um povo excepcional, um país fadado ao sucesso — especialmente o econômico — e que são, de alguma forma, condutores da humanidade não é recente. Ele foi elaborado durante o século XIX. É um mito fundador da identidade e nacionalidade norte-americana e que permeia a cultura daquele país. Os mitos são representações da realidade, construções culturais que evocam a memória, a nostalgia e reavivam crenças, além de oferecerem modelos de conduta. Os mitos fornecem, acima de tudo, um sentimento de unidade, criando assim uma atmosfera de identidade nacional. [...] na História dos Estados Unidos — mais do que em qualquer outra sociedade ocidental — realidade, mitos e lendas se sobrepõem, configurando uma versão épica, grandiosa, da sociedade norte-americana. Reforça-se a representação de que aquele “povo unido construiu um mundo como nenhum outro”.

Nessa cadência, deu-se praticamente uma década de intenso fluxo emigratório para a Nova Inglaterra; no geral, eram puritanos ávidos pela busca de liberdade religiosa.

Em suma, todos os fatos até aqui expostos tiveram reflexo na formação dos Estados Unidos, que começou com treze colônias compartilhando uma mesma terra, composta por imigrantes de procedências, religiões, propósitos e ideologias distintas, cada qual guiada por um governo próprio, independente e construída à sua maneira possível.

Desse modo, embasados na proposta iluminista do filósofo Locke de um Estado de base contratual que assegura os direitos naturais do homem (a liberdade, a felicidade e a prosperidade), os colonos conquistam a independência em 1776, “[...] um fenômeno branco, predominantemente masculino e latifundiário ou comerciante” (KARNAL, 2003, p. 89). Logo depois, elaboram a Constituição dos Estados Unidos (1787). Surgiam, entre tão diminuta distância de tempo, dois grandes legados e importantes referenciais da história dos Estados Unidos: um texto que, paradoxalmente, mes-

cla idéias racionais¹¹ com uma ideologia religiosa e a imagem de uma nova identidade construída em cima dos *Founding Fathers*¹², um grupo de homens cujos feito e obra extrapolaram os limites de formação e consolidação da nação:

Para grande parte dos norte-americanos, os homens que fizeram a independência, pensaram a Constituição e se tornaram os seus primeiros presidentes não eram homens comuns, mas pessoas excepcionais como nunca houvera outros. Na verdade, foi criada uma galeria de *heróis* que passou a ser reverenciada pelos norte-americanos. [...] São verdadeiros ídolos públicos que contribuem para dar aos norte-americanos um sentimento de comunidade (JUNQUEIRA, 2001b, p. 28, grifo nosso).

Mais do que homens, tornaram-se ícones nacionais que, a um só tempo, por intermédio de seus atos, conseguiram promover a liberdade à nação, criar um sentido de comunidade e união, instituir a lei e a ordem, legitimar a moral e, sobretudo, ressignificar a imagem do povo peregrino em um processo de construção identitária, desta vez, sobre os *Founding Fathers*, heróis que constituíam a continuidade de um mito *americano*.

De modo simples e sucinto, Campbell (2003, p. 135) define um herói como alguém que abdica da vida por algo maior que ele mesmo, que em seu ato heróico carrega o objetivo moral:

[...] de salvar um povo, ou uma pessoa, ou defender uma idéia. O herói se sacrifica por algo, aí está a moralidade da coisa. [...] você poderia dizer que a idéia pela qual ele se sacrificou não merecia tal gesto. É um julgamento baseado numa outra posição, mas que não anula o heroísmo intrínseco da proeza praticada.

O herói está a serviço de uma sociedade porque esta

[...] tem necessidade de uma constelação de imagens suficientemente poderosa para reunir, sob uma mesma intenção, todas essas tendências individuais [...] a nação necessita, de algum modo, de uma intenção, a fim de atuar como um poder uno (CAMPBELL, 2003, p. 142).

Sob essas condições, os atores principais da fundação dos Estados Unidos tornaram-se perenes através da história e, por esse motivo, tiveram suas

¹¹ Idéias influenciadas pelo pensamento iluminista de Locke.

¹² Pais Fundadores — os principais nomes são: Alexander Hamilton, Benjamin Franklin, George Washington, Gouverneur Morris, James Madison, James Wilson, John Adams, John Hancock, John Jay, Patrick Henry, Roger Sherman, Samuel Adams, Thomas Jefferson e Thomas Paine.

imagens estampadas em notas de dólar, na TV, no cinema, em jornais, nos livros escolares; também seus nomes preencheram as placas das cidades, ruas, praças, escolas públicas ou foram reproduzidos — em homenagens prestadas por pais cheios de expectativa e orgulho — nos nomes dos filhos daquela terra. E, talvez, a dimensão de toda essa manifestação simbólica esteja refletida no tamanho da imagem de quase 20 metros de altura dos quatro presidentes, esculpida em Mount Rushmore, na Dakota do Sul.

Os Pais Fundadores instauraram uma continuidade histórica coerente, isto é, tornavam-se, aos olhos *americanos*, herdeiros diretos dos peregrinos e reforçavam a vivência de uma experiência mítica particular da *América*. Após a independência, tudo seria novo, erigido em pilares moralmente sólidos, pleno de realizações de sonhos e expectativas a serem alcançadas. Era a “reinauguração” da história daquele país, um recomeço que partia do marco zero. Tratava-se de uma ruptura histórica, pois o mundo que construía ali seria da *América*, não da Europa, era seu oposto. Aquele povo eleito por Deus tinha como missão providencial mostrar para a humanidade como formar um país a partir de princípios virtuosos, éticos e morais. Era uma cidade sobre uma colina observada pelos olhos alheios que a tomariam como exemplo. Tal qual um farol em meio ao oceano do mundo, aqueles homens acreditavam que estavam não só criando um sistema inédito, mas de alcance universal (JUNQUEIRA, 2001b).

Portanto, trata-se de uma nação que segue por essa trilha cujo guia é uma combinação histórica de religião e política, que foi sendo transformada em mito, referência, identidade e, por fim, em liberdade, pois, “[...] na América, é a religião que conduz ao saber; é a observância das leis divinas que conduz o homem à liberdade” (TOCQUEVILLE, 1977, p. 41).

No entanto, à medida que as décadas decorriam, deflagravam-se inimigos que ameaçavam esse grande ideal travestido pela veste da liberdade, que, como um surto de esquizofrenia paranóide, insistia em retornar a todo tempo, assumindo, a cada retorno, uma máscara diferente, tais quais os múltiplos disfarces de Satanás que tanto assolam os Estados Unidos; foram os alemães, a ciência, a teoria evolucionista, os comunistas, o modernismo, as inovações tecnológicas, o processo de urbanização e todos seus valores seculares. O antídoto era caçar as bruxas, os negros, os imigrantes, fossem esses católicos ou não, os comunistas e qualquer outro grupo estranho ao espelho narcíseo — no momento atual, os terroristas.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos adentraram a euforia e criaram o *American way of life* e, logo, como um surto maníaco-depressivo, caíram no abismo da depressão econômico-social repleto de crises existências e de identidade. Como muitas vezes acontece, do aprofundamento depressivo revela-se um poder criativo e, como se assim fosse, surge um movimento de mudança com um tom de momento mágico, *hippie*, contracultura, paz e amor, que experimenta as drogas, ouve o “diabo” do *rock-'n'*

roll, lê os *beatniks* e cultua o sexo livre. Era tempo da luta pelos direitos civis, liderada por um pastor, é verdade, mas nem tanto convencional: sulista, negro e batista. Era hora também de viver o fracasso, fosse pela guerra do Vietnã — com as constrangedoras imagens dos últimos meninos *marines* dragados pelo teto da embaixada dos Estados Unidos em Saigón, tal qual peças retiradas de um jogo de xadrez mal planejado — fosse pela desilusão político-moral criada pelo *Watergate*; fatos que reduziam a confiança nas instituições públicas, gerando um ceticismo na opinião popular em relação à política e à presidência. Era um tempo que abrigava o descrédito na tradição política, que só poderia converter-se em conservadorismo futuro e o avanço de uma política neoliberal de intenção pseudolibertária, haja vista a explosão *yuppie* dos anos 1980¹³.

É interessante observar que é nesse ínterim, entre os anos 1960 e a década de 1970, que notamos uma espécie de movimento reativo da Direita Cristã¹⁴, pois ali se inicia um rápido crescimento, uma melhor organização, mormente com a utilização dos meios tecnológicos e midiáticos e, principalmente, maior envolvimento político, o qual culmina na importante participação do movimento na vitória de Reagan. Isso tudo acontece justamente durante uma época em que a ameaça não se limitava apenas ao inimigo externo, pois, ainda que existisse o medo comunista, ele já era quase um daqueles velhos adversários de rotina de guerra. Parecia que outros oponentes seculares, ávidos por direitos civis, rondavam bem próximo da casa, uma ameaça que colocava em risco os valores morais tradicionais, religiosos e familiares.

Os Estados Unidos passavam por uma crise identitária generalizada e viviam uma ruptura como jamais imaginaram; os sentimentos de ataque e de perda não vinham, respectivamente, só das rajadas vietnamitas e dos caixões que regressavam das terras asiáticas; refletiam-se na reivindicação de direitos que sempre esteve à margem, trancada no armário, dos *gays*, das feministas (*Equal Rights Amendment*)¹⁵ e dos negros. Enquanto isso, a imagem política era degradingolada e manchada para sempre. Para entender a insanidade da exploração da febre militar, a retórica apocalíptica e o bizarro comportamento internacional de governos americanos entre as décadas de 1970 e 1980, sobretudo no governo Reagan, havia de se avaliar:

[...] a profundidade dos traumas subjetivos da derrota, impotência e ignomínia pública que laceraram o *establishment* político americano na década de 70, e que se tornavam ainda mais dolorosos devido à aparente desordem na Presidência americana ao longo dos anos,

13 Arendt (1994) e, principalmente, Lasch (1969, 1983) fazem uma boa análise para a reflexão desse processo.

14 Para um aprofundamento mais apurado sobre o desenvolvimento histórico da Direita Cristã, ver Marsden (1980) e Wilcox (2000).

15 Emenda dos Direitos Iguais que dispõe sobre equidade para as mulheres.

quando Richard Nixon (1968-74) teve de renunciar por causa de um escândalo sórdido, seguindo-se de dois sucessores insignificantes. Culminaram no humilhante episódio dos diplomatas americanos mantidos reféns no Irã revolucionário, na revolução comunista em dois pequenos Estados centro-americanos e numa segunda crise internacional de petróleo, quando a OPEP mais uma vez elevou seu preço a um máximo histórico. [...] A cruzada contra o “Império do Mal” a que — pelo menos em público — o governo do presidente Reagan dedicou suas energias destinava-se assim a agir como uma terapia para os Estados Unidos do que uma tentativa prática de restabelecer o equilíbrio de poder mundial (HOBSBAWM, 1999, p. 244).

Diante do exposto, resta debruçar o pensamento sobre toda essa síntese histórica posta até aqui, refletir sobre quais valores formaram e que, todavia, permanecem constitutivos àquela nação, considerar como, de que maneira e sob quais circunstâncias os vínculos políticos dos Estados Unidos são enlaçados e estabelecidos e, por fim, aferir o momento do restabelecimento da Direita Cristã, sobre o porquê de sua apropriação, o papel político assumido do movimento desde então, suas reivindicações, seus temores; enfim, ponderar sobre o que se revela nessa outra face *americana*, como ela sobreviveu e o que restou.

3. A ARTE DA RETÓRICA

Por questão de ordem teórico-cronológica, primeiro levantaremos aspectos lacônicos da arte da retórica de Aristóteles para então chegar à *nova retórica*¹⁶ proposta pelo filósofo Perelman e, finalmente, avaliar alguns recursos retóricos, essencialmente religiosos, encontrados no discurso de Bush.

Chauí (2004, p. 480), ao discorrer sobre o assunto de modo didático comenta que para Aristóteles

a arte retórica, portanto, não é a ação de persuadir, mas de conhecer ou reconhecer os meios adequados para persuadir e distingui-los dos que são apenas aparentemente persuasivos.

Para Aristóteles, os argumentos poderiam ser basicamente subdivididos em duas categorias: os *dialéticos*, utilizados pelos retóricos e sofistas; e os *apodíticos* ou *demonstrativos*, empregados pelos filósofos. Enquanto os

¹⁶ Trata-se do *Tratado da Argumentação* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), um corpo teórico clássico no campo da lógica e da filosofia contemporânea que inaugurou a proposta de uma nova retórica.

primeiros partem do verossímil — e, portanto, do provável —, os segundos partem de *premissas* verdadeiras para, seguindo a lógica, resultarem em *conclusões* igualmente verdadeiras.

Bem resumidamente, entre os pontos mais relevantes da retórica aristotélica encontramos os meios retóricos, os quais podem ser definidos em três características básicas: aqueles que se baseiam no *ethos* do orador, isto é, o argumento vale-se do caráter, do potencial moral de quem emite o argumento (*endoxa*) e não do assunto em questão; aqueles que se baseiam no *pathos*, e neste caso o que conta é a emoção, a empatia com o auditório, visto que se pautam em opiniões bem acolhidas e aceitas pelos ouvintes, ou seja, baseiam-se nas paixões dos ouvintes e operam aumentando o grau das paixões que servirão para a persuasão; e, por fim, os que se baseiam no *logos*, ou seja, na razão, a qual toma como base o emprego da força do argumento, adquirida por dois meios distintos, pelo *exemplo* e pelo *etinema*.

O exemplo parte dos fatos da experiência e serve como prova ou elucidação de um argumento, sendo muito fácil para o ouvinte identificá-lo. O etinema é um silogismo longo que tem seu curso intermediário faltante, ou melhor, o ouvinte tem acesso à premissa e à conclusão de um argumento, sem nenhum processo intermediário apresentado pelo emissor; não obstante, quem o escuta tem a nítida sensação de que a prova foi declarada à sua frente. Assim, no silogismo retórico, diferente do lógico-científico, a dedução é feita por “verossimilhança e de indícios e não de premissas universais e necessárias, uma vez que a retórica se move no campo do provável e do plausível” (CHAUÍ, 2004, p. 480).

Por último, temos a definição e descrição do gênero de discursos que se dividem em *deliberativo*, *judiciário* e *demonstrativo*. Interessa-nos o primeiro, próprio do discurso político. Nele o orador tem por meta persuadir o ouvinte quanto a um evento futuro inserido em uma relação dicotômica, a qual denotará uma escolha entre bom ou mau, útil ou prejudicial.

Chauí (2004, p. 482) faz uma boa síntese do que parece ser um aspecto fundamental da arte da retórica:

[...] a ação primordial da retórica é tocar as paixões, despertá-las, provocá-las, pois o orador não se dirige ao intelecto do ouvinte ou do destinatário e sim ao seu ânimo¹⁷. Persuadir é comover, emocionar, pôr em movimento o *páthos*, suscitando no ouvinte medo, cólera, ódio, amor, piedade, tristeza, alegria, generosidade, inveja etc. E o próprio orador consegue esses efeitos se, além do estilo e dos argumentos, ele próprio

17 Vale lembrar que a palavra ânimo deriva do latim *animus*, cujo significado é “(f. masc. de *anima*) ‘princípio espiritual da vida intelectual e moral do homem, vida, alma, princípio vital, espírito, razão, bom senso, senso comum, pensamento, intenção, disposição, vontade, inclinação, qualquer movimento impetuoso da alma, paixão, desejo’” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 223).

parecer apaixonado no que defende e no que acusa, no que promete ou nas ameaças que faz. Porque o *éthos* do orador e do ouvinte submergem no *páthos* [...] a retórica se tornou inseparável da ética, passando a ser vista como o melhor instrumento para educar as paixões e chegar à virtude. Ou, como explicam, a retórica age com três operações sobre o *páthos* ou o ânimo: comover (*movere*), ensinar (*docere*) e deleitar (*delectare*).

3.1 A NOVA RETÓRICA DE PERELMAN

Dando um grande salto no tempo, encontramos o filósofo Perelman, o qual, em parceria com Olbrechts, introduz uma “nova retórica” (1958), que retoma as reflexões aristotélicas para tentar superar a visão racionalista-cartesiana, propondo a ampliação da distinção clássica aristotélica entre raciocínios analíticos lógico-formais e os raciocínios dialéticos ou retóricos. Desse modo, o autor estende a dimensão da razão para além dos raciocínios cartesianos (dedutivos) e empiristas (indutivos), tendo em vista um objetivo maior, o de abranger raciocínios que ocorrem no campo das ciências humanas, pois:

[...] nos domínios em que se trata de estabelecer aquilo que é preferível, o que é aceitável e razoável, os raciocínios não são nem deduções formalmente corretas nem induções do particular para o geral, mas argumentações de toda a espécie, visando ganhar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento (PERELMAN, 1993, p. 15).

Percebe-se que, para o autor, o escopo da argumentação, ante as teses propostas, é conseguir o maior número de *adesões* quanto for possível, considerando que supostamente para isso o ponto de partida e o desenrolar da argumentação tenham o *acordo*¹⁸ *do auditório*, cujo sucesso dependerá da acuidade da adaptação e adequação do orador ao auditório. É fácil notar que quanto mais intimidade e conhecimento o orador tiver do auditório a que se reporta, tanto maior será sua chance de *persuasão* e *convencimento* e, conseqüentemente, probabilidade de adesão.

Por esse viés, Perelman busca validar o raciocínio dialético; todavia, sem deixar de considerar o raciocínio analítico. Na verdade, o que o autor não admite é a preponderância valorativa que os positivistas e matemáticos, sobretudo pós-kantianos, deram ao último por lhe atribuírem mais proximidade da lógica formal — o que, muito pelo contrário, não foi sopesado ao primeiro. Porém, assim como há de se considerar que um raciocínio analítico

18 Deve-se entender por acordo a adesão ou a dissensão à adesão do auditório ao discurso do orador.

seja demonstrativo e impessoal, tal como acontece em uma operação matemática; o raciocínio dialético, por outra via, não pode nem deve sê-lo, porquanto sua finalidade seja persuadir ou convencer o outro a admitir uma determinada tese, via de regra, polêmica, que somente surtirá efeito conforme o poder de sua ação no espírito do outro. E, para tanto, o argumento parte do que é aceito, ou seja, daquilo que está previamente acordado entre todos, algo que não é quantitativo, mas qualitativo. Assim, a distinção entre ambos reside no fato de que o raciocínio analítico incorre sobre a verdade e o dialético sobre a opinião. Com sagacidade, o filósofo comenta que seria “[...] tão ridículo contentarmo-nos com argumentações razoáveis por parte de um matemático como exigir provas científicas a um orador” (PERELMAN, 1993, p. 22).

O aspecto essencial da argumentação é a relação discursiva que liga os argumentos a uma conclusão e, em última instância, o que daí resulta. Não importa, principalmente neste caso, demonstrar a validade da conclusão, nem a veracidade de uma afirmação categórica. Quando uma conclusão é bem recebida, aceita e admitida por meio dos argumentos que a levaram até esse lugar, não faz parte desse processo refutar se as asserções são verdadeiras ou falsas, tampouco deve tal relação estar sujeita à lógica. Até porque a: “[...] própria natureza da deliberação e da argumentação se opõe à necessidade e à evidência, pois não se delibera quando a solução é necessária e não se argumenta contra a evidência” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 1). O foco mais importante a ter em mente é que o “texto seja sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 7).

Portanto, a argumentação não intenta demonstrar verdades evidentes, mas sim proporcionar critérios para que uma opinião seja acolhida ou que a tomada de uma decisão torne-se plausível para poder persuadir um auditório e conseguir sua adesão à idéia do emissor por intermédio da linguagem, sem ter de recorrer a meandros não-retóricos que seriam, por exemplo, confissões sob tortura física ou psicológica. Entretanto, outras vertentes devem ser levadas em conta no processo da retórica:

[...] quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, aumentar a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 16).

3.1.1 Os auditórios

Basicamente, uma argumentação necessita de três requisitos para que sua função seja cumprida: o orador, o auditório e o discurso, naturalmente,

enunciado em linguagem inteligível. Por auditório, entenda-se: “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação” (PERELMAN, 1993, p. 33) que, segundo a teoria discutida, pode ser dividido em quatro tipos distintos: o *auditório universal*, o *auditório particular*, o *auditório formado por um único indivíduo* e a *deliberação íntima*.

O auditório universal é formado por toda a humanidade e o particular apenas pelo interlocutor a quem se dirige, composto pelo discurso dialógico; os outros restantes são constituídos pelo próprio indivíduo. Para cada auditório há uma adequação específica de gênero oratório que, ainda conforme a divisão aristotélica, divide-se em: deliberativo (assembléia), judicial (jurídico) e epidítico, o único direcionado a uma platéia que não se pronuncia, apenas usufrui o lugar de espectador (comícios políticos e sermões religiosos).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), por uma questão prática, consideram a divisão aristotélica, mas deixam evidente a falha e a insuficiência teóricas já em relação àquela atualidade, especialmente a respeito do discurso epidítico, sobre o qual nos chama a atenção para o caráter da multiplicidade e heterogeneidade que um auditório pode apresentar, seja pelos valores sociais, religiosos ou outros; daí decorre a necessidade de adaptação.

Deve-se, entretanto, entender que não se trata de quantificar concretamente um auditório em termos numéricos ou espaciais, visto que a noção teórica dessa proposta refere-se ao auditório como uma construção ideal do orador:

Em vez de se crer na existência de um auditório universal, análogo ao do espírito divino que tem de dar o seu consentimento à “verdade”, poder-se-ia, com mais razão, caracterizar cada orador pela imagem que ele próprio forma do auditório universal que busca conquistar para as suas opiniões (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 37).

3.1.2 Convencimento e persuasão

É por meio da análise dos diferentes tipos de auditório que se pode fazer a distinção entre convencimento e persuasão. Seu parecer aproxima-se da concepção kantiana — mais das conseqüências do que dos princípios — e considera os meios do convencimento como algo próprio de uma instância racional direcionada ao entendimento lógico, e a persuasão como uma ação que atua sobre a vontade, e, portanto, um aspecto irracional. Kant (1997) fundamenta a convicção na verdade de seu objeto e, por esse motivo, válida a todos os seres racionais, porquanto pode ser provada. Diferentemente, a persuasão não ultrapassa o alcance individual, por isso não se torna válida para além do indivíduo.

Convencer significa ser capaz de atingir um auditório universal em virtude de seu caráter demonstrativo, objetivo e atemporal, já que as conclusões

são obtidas pelas premissas, tal qual acontece no raciocínio lógico, matemático ou dedutivo; já para persuadir, a direção é voltada ao auditório particular e caracteriza-se por ser ideológico, subjetivo e temporal. Convencer é lograr êxito no caminho das certezas; persuadir é colocar à luz possibilidades de inferências que podem levar o auditório todo, ou em parte, à adesão ante os argumentos apresentados. Mas Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 32) refutam um ponto crucial da tese kantiana, ao dizerem que o filósofo alemão só aceita

[...] a prova puramente lógica, estando a argumentação não-coercitiva excluída [...] Sua concepção só é defensável na medida em que se admite que o que não é necessário não é comunicável, o que excluiria qualquer argumentação concernente a auditórios particulares”.

Porém, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 32) lembram que é justo esse último um dos campos preferidos da retórica e acrescentam:

A partir do momento que se admite que existem outros meios de prova, além da prova necessária, a argumentação concernente a auditórios particulares tem um alcance que supera a crença puramente subjetiva.

Afinal, o que importa é obter a adesão do auditório e, para isso, há uma infinidade de meios e recursos que se dá “[...] por uma diversidade de procedimentos de prova que não podem reduzir-se nem aos meios utilizados em lógica formal nem à simples sugestão”. (PERELMAN, 1997, p. 63). Além de não ser tarefa simples julgar os meios de provas que conseguem convencer daqueles que não logram êxito em tal empreitada, ainda mais difícil é distinguir se a ação do argumento foi a juízo de entendimento ou vontade, pois: “Aquele que argumenta não se dirige ao que consideramos como faculdades, como a razão, as emoções, a vontade. O orador dirige-se ao homem todo [...]” (PERELMAN, 1993, p. 32).

3.1.3 As premissas

As premissas da argumentação — um item fundamental no processo de adesão — são teses que partem do que é aceito pelo auditório, isto é, aquilo que é pressuposto como um acordo entre os ouvintes. O orador, ao utilizar “[...] as premissas que servirão de fundamento à sua construção, conta com a adesão de seus ouvintes às proposições iniciais [...]” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 73). Os objetos do acordo que podem servir de premissas são divididos em duas categorias,

[...] uma relativa ao *real*, que comportaria os fatos, as verdades e as presunções, e a outra relativa ao *preferível*, que conteria os valores, as hierarquias e os lugares do preferível (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 74).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) salientam que não se trata de classificar um fato como um dado concreto indefectível. A realidade, na argumentação, não se refere ao sentido ontológico do termo, mas apenas às opiniões que se formulam sobre a realidade. Na argumentação, a noção de fato assemelha-se à idéia do matemático Poincaré (1946 apud PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 75): “o que é comum a vários entes pensantes e poderia ser comum a todos”, ou seja, fundamenta-se pela idéia que se possui de um determinado gênero de acordos acerca de certos dados; assim, torna-se imprescindível conceber o auditório universal para se considerar um fato.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 75): “A adesão ao fato não será, para o indivíduo, senão uma reação subjetiva a algo que se impõe a todos”. Estamos em presença de um fato se podemos pressupor a seu respeito um acordo universal, não controverso. Porém, não há enunciado inquestionável e definitivo, pois esse sempre dependerá do acordo estabelecido. Há duas maneiras para que o estatuto de fato seja perdido: quando geram dúvidas no auditório ou quando há membros no auditório com qualidade reconhecida para julgar a não-aceitação do fato. Contudo, “[...] se o acordo a seu respeito for suficientemente geral, ninguém os pode ignorar sem se tornar ridículo, a menos que forneça razões capazes de justificar o ceticismo a seu propósito” (PERELMAN, 1993, p. 44). Entre os fatos, destacam-se os fatos de observação, os fatos supostos, os fatos convencionais e os fatos possíveis ou prováveis.

Para o autor, às verdades aplicam-se as mesmas características dos fatos, com a ressalva de que elas são sistemas mais complexos por transcendem a experiência, isto é, são relativas a ligações entre fatos, o que é próprio das teorias científicas ou de concepções filosóficas e religiosas.

Por fim, temos as presunções, também admitidas por um auditório universal; porém, contrário aos fatos e às verdades, “a adesão às presunções não é máxima, espera-se que essa adesão seja reforçada, num dado momento, por outros elementos. Os que admitem a presunção contam mesmo, habitualmente, com esse reforço” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 79). Entre as presunções de uso corriqueiro citadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), destacam-se: a presunção de que a qualidade de um ato é proporcionalmente relacionada à pessoa que o praticou; a presunção de credulidade natural, que faz que aceitemos que tudo que nos dizem é verdadeiro, até prova em contrário; a presunção de interesse, que admite que aquilo que ouvimos nos diz respeito; e a presunção relativa ao caráter

sensato de toda ação humana. Já a categoria de objetos de acordo que versa sobre o preferível pretende apenas atingir os auditórios particulares.

4. RETÓRICA DE BUSH

Finalmente, deparamos com Bush, que sem fugir ao *script*, torna-se mais um presidente na história estadunidense a fazer uso da retórica religiosa em seus discursos políticos; porém, dessa vez, com tal ênfase religiosa jamais vislumbrada, especialmente após a tragédia do 11 de Setembro.

Não foi difícil notar que aquele fatídico dia serviu aos discursos de Bush como fértil meio instrumentário, porquanto a tragédia proporcionou uma ampla produção de material especulativo, o qual lhe fornecia substancial suporte ao apelo religioso, pronto — como se fora “feito sob encomenda” — ao uso da retórica do presidente, que soube muito bem aproveitar tão certo momento de vulnerabilidade, terror, medo, pesar, lamento e sentimentos de perda e luto nacional coletivo para disparar palavras de forte envergadura, acalentadoras, sensíveis e de forte comoção, todas direcionadas ao conforto da profunda alma cristã religiosa *americana*.

Ao enunciar insistentemente determinados elementos-chave em sua retórica, como o “chamado”, a “promessa” e a “missão” *americana* — termos deveras conhecidos que envolvem os Estados Unidos como um todo —, Bush consegue persuadir e convencer seu público não apenas por substantiar seu argumento no *ethos* do orador — que já carrega em si uma veste ornada por artefatos simbólicos repleta de significado histórico empático à figura presidencial —, mas também por utilizar elementos provenientes de um *ethos* mais denso, construído e consolidado a partir da história da nação, o qual permeia a todos; afinal, o sentido desses três elementos leva a um único e mesmo caminho, que é a liberdade, a constituição da democracia e tudo o que tais conceitos envolvem. Em última hipótese, tudo conduz a um fim, que é a liberdade.

Esses são elementos-chave¹⁹ de grande relevância, constantemente utilizados por Bush, os quais, inclusive, reincidentem em um mesmo discurso, ora isolados entre si e ora interligados. Entre eles, não se atendo à forma como surgem, estabelece-se uma correlação que segue uma linha de coerência, a qual visa enfatizar e demarcar valores atribuídos ao povo e à nação estadunidense. Contudo, não há uma distinção claramente delimitada entre os três pontos, muito por conta dessa íntima correlação existente; assim, eles se

¹⁹ Categorizamos tais elementos-chave recorrentes na retórica de Bush em uma divisão denominada *pontos de captura primários* e *pontos de captura secundários*. Trata-se de um recurso instrumental pragmático criado pelo autor para facilitar a interpretação. Restringiremos, neste artigo, a analisar apenas três: o chamado, a promessa e a missão, considerados primários.

confundem, isto é, uma vez que qualquer um deles é enunciado, os outros, imediatamente a este, ficam interconectados, como se cada um pudesse substituir os outros.

Como já vimos, no decorrer do processo histórico dos Estados Unidos, construiu-se a idéia fundante da existência de um chamado àquele povo para chegar até as terras do Novo Mundo, onde seria erguida uma nação acima da colina sob o olhar de todos. A lógica mais coerente é que daí decorra a promessa e, conseqüentemente, a missão. A força da imagem do chamado — que envolve a promessa e a missão —, ecoada geração após geração desde a fundação, não haveria perdurado até os dias de hoje caso não viesse acompanhada de uma carga emocional de grande potencial e poder identitário; por essa razão, de história virou mito, tornando-se, indubitavelmente, uma referência identitária positiva que conseguiu penetrar toda a nação. Reconhecemos que a palavra “toda” é deveras forte e incômoda, mas o que pretendemos com isso é simplesmente indicar que, caso supuséssemos que haja quem não se identifique com ela (acreditamos nisso), raro será que hipotético indivíduo se oponha ou tenha para si tal imagem como elemento negativo, mesmo que seja crítico a ela, haja vista que essa é uma das imagens primárias que fizeram parte da construção social da nação dos Estados Unidos, a qual coadunou valores e se transformou em ícone referencial de garra, determinação, persistência, coragem, entre outras qualidades. Ao mesmo tempo, em virtude da peculiaridade de uma ética evangélica dualista, a imagem do chamado sempre esteve na companhia de sentimentos opostos, como a dor, a fome e a doença, atributos, portanto, de provação e sacrifício. É uma imagem que do coletivo passou ao individual, do macro ao micro, moldando o caráter e norteando os valores morais de um conjunto de indivíduos que ali se nutriam e fortaleciam lenta e gradualmente. Seguindo essa linha, Berger e Luckmann (2002, p. 73) nos dizem o seguinte:

A formação do eu deve também ser compreendida em relação com o contínuo desenvolvimento orgânico e com o processo social, no qual o ambiente natural e o ambiente humano são mediatizados pelos outros significativos. Os pressupostos genéticos do eu são, está claro, dados no nascimento. Mas o eu tal como é experimentado mais tarde como uma identidade subjetiva e objetivamente reconhecível, não é. Os mesmos processos sociais que determinam a constituição do organismo produzem o eu em sua forma particular, culturalmente relativa.

Dessa forma, tomando por base que o chamado, a promessa e a missão são três premissas notadamente atreladas ao argumento de Bush, de extrema importância e forte impacto de adesão, procurou-se, no quadro seguinte, dividi-las conforme suas respectivas características. Assim, além de ter um

panorama geral, há como cotejar cada uma das premissas separada e conjuntamente para adiante prosseguir em análise²⁰:

Chamado	Promessa	Missão
Deve ser vivido porque envolve todos.	Compromete-se em levar a nação até o fim da vida por meio da civilidade, da compaixão e do caráter.	Tem como função de um país abençoado tornar o mundo melhor.
Decreta a promessa na vida e na lei.	(de que) todos têm seu lugar e sua chance.	Criou a nação.
Desempenha um papel exclusivo nos eventos humanos.	É feita nas ruínas das torres, sob a bandeira do Pentágono, no funeral, aos Estados Unidos e ao mundo. É sagrada e renovada	É peculiar dos Estados Unidos e tem origem nas crenças mais básicas.
Defende e se responsabiliza pela segurança do povo dos Estados Unidos e pela esperança de toda a humanidade.	Não descansa até fazer justiça e dar segurança à nação.	Foi criada pelos ideais que promovem o imperativo da autonomia (liberdade), de que ninguém deve ser senhor, nem escravo.
Realiza grandes feitos e pequenas coisas com amor.	Não permite o triunfo da violência nos assuntos do homem; é feita para que as pessoas livres determinem o curso da história, seja qual for a duração da luta e a dificuldade encontrada.	É o feito meritório dos antepassados dos Estados Unidos.
Tem origem na história, que, por isso, convoca os Estados Unidos e a geração atual.	Compromete-se com a segurança do país e em derrotar os inimigos.	Atualmente é a necessidade inadiável da segurança da nação (Estados Unidos).
Tem responsabilidade e privilégio de travar a batalha da liberdade.	É feita por um (presidente) e cumprida por muitos.	É o chamado na época atual.
É especial: conduzirá a causa da liberdade.	É determinação dos Estados Unidos mostrar o significado e a (promessa) de liberdade ao mundo.	A missão continua, pois existe uma causa maior do que o país. É a causa da dignidade humana e da liberdade guiada pela consciência e garantida pela paz.

²⁰ Frases extraídas dos discursos de Bush entre o período de sua primeira posse (20.1.2001) até o discurso de posse de seu segundo mandato (20.1.2005). Para mais detalhes, ver Marinho (2006).

A partir da separação dos três itens anteriores, podemos observar certos atributos que os colocam em patamar de igualdade, valores comuns a todos que os unem a um mesmo princípio ou ideal: a liberdade — e agem como se os três fossem apenas um.

- a) Provêm de Deus: o chamado é especial (por advir de Deus); a promessa é sagrada e renovada e a missão vincula-se à bênção.
- b) Eles atingem e permeiam a todos os cidadãos: o chamado envolve todos; a promessa leva a nação até o fim da vida e a missão é peculiar dos Estados Unidos.
- c) Ligam-se à liberdade: o chamado conduzirá a causa da liberdade; a promessa e o significado de liberdade que os Estados Unidos devem mostrar ao mundo e a missão que criou os Estados Unidos pelos ideais que promovem o princípio de autonomia (liberdade).

Trata-se, portanto, de argumentos que formam premissas que tomam como partida a pressuposição de certos acordos do auditório, os quais são fundamentados e construídos sobre pontos pacíficos entre todos, pois assim o grau de adesão é praticamente garantido. São ainda premissas que se encaixam tanto ao aspecto *real* — por exemplo, ao ligar esses três elementos ao fato histórico —, como ao *preferível*, que atinge a crença de os Estados Unidos serem uma nação abençoada por Deus, que respondeu a um chamado, o qual incluía a promessa de cumprir uma missão.

Deve-se também considerar que Bush penetra os dois principais auditórios, pois, enquanto as premissas que se prevalecem do acordo pela categoria do real dirigem-se ao auditório universal, as relativas ao preferível almejam o auditório particular.

5. POR DENTRO DO AMERICAN WAY OF LIFE

É desse modo que Bush produz uma retórica religiosa farta de símbolos que falam diretamente ao *pathos* particular de seu público, o qual penetra todos pelo nível emocional. Por isso, sua fala carrega tantas palavras de cunho religioso, as quais foram colocadas em momentos precisos, como ocorreu em seus discursos após o 11 de Setembro.

Naquela noite, Bush abre seu discurso dizendo que o *American way of life* e a liberdade haviam sofrido deliberados e mortíferos atos terroristas que levavam a vida de cidadãos da família estadunidense. Com certeza, não havia sequer um único ouvinte que deixava de entender o recado dado. O presidente ainda tomou o cuidado de evidenciar que havia uma luta do Bem (Estados Unidos) contra o Mal (terroristas). Era um apelo que tocava em valores éticos

e morais da sociedade estadunidense, pois falava da família, das crianças, do próximo, de Deus, da oração, da distinção entre eles e do historicamente eterno, porém novo, inimigo. E, em última estância, da liberdade.

Por meio do *pathos*, Bush, primeiro ao expor o mote da dor, traz o público para si pela comoção, sensibilidade, fragilidade e pelo valor da compaixão; depois, ao nomear o inimigo — valendo-se assim, maquiavelicamente, do oportuno momento de intenso medo e insegurança —, desperta a outra face, o lado sombrio do *pathos*: a cólera, o ódio e a raiva. Os dois lados são bem trabalhados e colocados distintamente em seus devidos lugares.

É igualmente nesse sentido que seu discurso atinge o *logos*, pois parte de premissas inquestionáveis que chegam explícita e rapidamente à conclusão do auditório/público, até porque se aproveitam da destruição visível, palpável e concreta do aniquilamento. A lógica de seu discurso está também na arquitetura da escolha dos termos, do momento da palavra, da seqüência que, via de regra, começa por enaltecer o povo *americano* para depois chegar ao opositor inimigo — àquele que repudia a liberdade e a democracia, obviamente enxergadas pelos olhos estadunidenses — e, como um movimento de retorno cíclico, termina o período na exaltação do herói *americano* (a equipe de socorro, os militares, as pessoas estranhas e os vizinhos que doaram sangue, entre outros).

Foi por essa via que Bush incluiu a retórica religiosa em seus discursos, com a qual procurou persuadir e convencer seu auditório de que a guerra era o único caminho que salvaria a grande família *americana* — e ainda responderia aos “olhos do mundo” que se voltam aos Estados Unidos desde o Pacto do *Mayflower* —, que, infelizmente, era a única condição para levar a liberdade ao mundo, visto que essa é a incumbência incontestada — plenamente aceita — dos Estados Unidos.

Em se tratando de um aspecto subjetivo, difícil é dizer se a fala de Bush foi decisiva na aceitação e conseqüente legitimação do povo dos Estados Unidos em face da idéia de guerrear com o Iraque ou, até mesmo, se tal fato alavancou o processo de sua reeleição na conquista pelo segundo mandato. Porém, acreditamos poder alegar categoricamente que o persistente uso da retórica religiosa — e de outros elementos equivalentes que incorporam a si o espírito religioso, tal qual a noção de liberdade e a democracia particular dos Estados Unidos — foi um influente recurso de persuasão e convencimento que promoveu êxito em tais questões, principalmente pelo motivo de Bush ter se valido, a todo tempo, de fortes e poderosas premissas de acordo de fácil adesão em meio ao seu público-auditório, que, por isso, acabou por se tornar um aspecto fundamental que muito contribuiu ao processo de adesão, por parte de seus concidadãos, à política da administração Bush como um todo.

Corroboram tais assertivas os interessantes dados colhidos por um grupo independente de pesquisa de opinião (PEW RESEARCH CENTER..., 2002),

que estuda atitudes voltadas à imprensa, à política e aos assuntos políticos de interesse público em geral. Vejamos:

A princípio, vale lembrar que 67% dos entrevistados consideram os Estados Unidos uma “nação cristã”, e 86,2% dos adultos pesquisados declararam-se cristãos e, destes, 53% declararam-se como protestantes, um dado nem tanto surpreendente, mas tampouco menos importante.

Metade dos entrevistados acredita que os Estados Unidos possuem a proteção de Deus desde o início da história de origem, e pouco menos da metade (47%) diz que a crença Nele é necessária para a constituição moral do indivíduo. A estatística aumenta ao patamar de 61% quando se considera a fé religiosa a base principal para que uma criança torne-se um “adulto moral”, e para 58% a fé religiosa do povo estadunidense é o atributo responsável pela força da sociedade *americana*. Ainda sobre esse item, vale dizer que quanto mais velha a pessoa, maior é a convicção sobre o assunto, pois, entre os adultos de 30 anos ou mais, 62% pensam dessa forma, ao passo que abaixo de tal faixa etária há 46%, embora 75% destes julguem a perda da influência religiosa uma má tendência.

A percepção de que os Estados Unidos possuem um *status* especial liga-se claramente à crença religiosa, uma assertiva acordada por 71% dos evangélicos protestantes brancos. Não é de se estranhar que quanto mais forte for a sustentação da crença religiosa individual, mais influenciável será sua opinião em relação a tais temas, o que explica o fato de 83% de evangélicos protestantes brancos acreditarem que a fé religiosa está no centro da força *americana*, um número que cai a quase 60% quando comparado a outras denominações protestantes e a católicos brancos.

Houve, logo após o 11 de Setembro, uma mudança em relação à perspectiva do olhar dos estadunidenses sobre a nação, pois aferiu-se um aumento substancial na dose de patriotismo, confiança no governo e preocupação com familiares e amigos. À época, em meados de novembro, 78% dos inquiridos alegaram que a influência da religião na vida *americana* estava aumentando, um número que caiu um pouco (71%) em dezembro, em nova pesquisa. Porém, após seis meses desta, o grupo Pew observou que apenas 37% continuaram a sustentar tal declaração, um parâmetro considerado normal, conforme divulgação de pesquisas anteriores. Outra particularidade acerca do mesmo assunto refere-se à satisfação com o Estado da União, que teve um crescimento significativo após o 11 de Setembro, visto que seis de cada dez pessoas (60%) alegaram contentamento sobre tal item — conforme relato do Instituto Gallup em janeiro de 2002 —, um fato que demonstrou declínio à medida que o tempo esvaía, já que em pesquisa mais atual, do grupo Pew, o grau de satisfação em respeito à situação da nação passou para a proporção de cinco a cada dez (50%). Contudo, tais dados não significam um eventual prejuízo religioso, pois é praticamente unânime, entre aqueles que acreditam que a religião esteja em declínio, a visão de tal fenô-

meno ser algo ruim, uma opinião compartilhada também pelos indivíduos considerados secularizados e pelos que têm pouco apreço à religião, pois a “esmagadora maioria” acredita que os Estados Unidos ficam em melhor condição caso a influência religiosa aumente.

Em relação ao patriotismo demonstrado após 11 de Setembro, a maioria da população sentiu-se confortável tanto com a exposição desse quesito quanto com a expressão da fé religiosa por parte dos líderes religiosos: apenas 16% afirmaram que houve muita bandeira hasteada — curiosamente a mesma cifra que alegou o contrário, e, no total, dois terços (66%) consideraram a proporção de tal prática apropriada. A maior parte também considerou apropriada (53%) a quantidade de expressão religiosa utilizada pelos políticos, ainda que poucos a achassem insuficiente (24%) e tantos menos a vissem como excesso (16%). Até mesmo entre os ditos secularizados, apenas 32% disseram que os políticos referem-se muito à fé e à oração na atualidade. Por sua vez, 35% dos evangélicos protestantes brancos e 37% dos protestantes negros gostariam de ter ouvido mais palavras de fé, bem como orações saídas da “boca” dos políticos.

Não houve mudança ao longo do tempo sobre a opinião de qual seria a lição legada pelo 11 de Setembro. Em todas as pesquisas, na proporção de praticamente dois para um indivíduo (51%), obteve-se a resposta de que a maior lição é saber que há pouca influência da religião no mundo.

Quase metade dos *americanos* é favorável à expressão da opinião da Igreja sobre os assuntos sociais e políticos, embora mais da metade não concorde com qualquer favorecimento direto aos candidatos políticos.

Entretanto, é interessante também notar um fato peculiar sobre o resultado da aprovação de Bush noticiado pela *Folha Online* (Pesquisa revela...,2001) sobre pesquisas divulgadas pelo *USA Today*, pela CNN e pelo Gallup pouco mais de uma semana após os ataques. Bush, que vinha obtendo considerável declínio²¹ até antes de 11 de setembro, elevou seu grau de aprovação ao maior percentual da história dos Estados Unidos.

Da população entrevistada, 90% demonstravam satisfação com o desempenho do presidente, 88% apoiavam uma ação militar, 58% acreditavam que as organizações terroristas seriam eliminadas, 76% confiavam na habilidade do governo em proteger a população de ataques terroristas e 93% na preservação do *American way of life*. Até a desacreditada economia subiu ao patamar de confiança em 91%.

Outros assuntos polêmicos também foram avaliados pelo grupo Pew (2002), como: a confirmação de 79% serem favoráveis à idéia de as pessoas ajudarem mais os pobres, mesmo que isso requeresse sacrifício pessoal. Porém, 61% acreditam que a maioria dos pobres esteja em tal condição em

21 O índice de sua aprovação primeiro caiu de 62% para 55% e, finalmente, em 3.7.2001 chegou ao patamar de 52%.

decorrência do fracasso individual; dois terços (66%) apóiam a pena capital aos indivíduos condenados por assassinato e 76% aos condenados por terrorismo; 70% apóiam os grupos das “Iniciativas Baseadas na Fé”²² e os recursos financeiros que recebem do governo, além de desejarem a continuidade do trabalho assistencial que tais grupos desenvolvem; 70% atribuem aos líderes militares um alto valor de honestidade e padrão ético (eram 63% em 1995), e, depois destes, em segundo lugar na lista, aparecem os religiosos, com 55%, seguidos dos jornalistas, com 44%. Os políticos ficaram em 34% (eram 18% em 1995).

Em 24 de julho de 2003, ano da campanha de reeleição de Bush, o grupo Pew (2003) divulga nova pesquisa que revela outros dados relevantes.

Começemos por um fato paradoxalmente curioso: 58% dos entrevistados afirmaram que raramente permitem que a crença religiosa interfira na decisão de voto. E 38%, na maioria protestantes, confirmaram que, às vezes, são influenciados pela crença religiosa na hora de votar. Apenas 22% assumem freqüência em votar conforme a crença religiosa. Porém, mais da metade (52%) dos cidadãos declarou ter maior objeção em votar em um candidato sem religião do que em outro que tenha uma fé específica. Ademais, 64% admitem que a religião do candidato ou a ausência desta poderiam fazê-los declinarem o voto a um candidato bem preparado de seu próprio partido de escolha. Praticamente quatro (38%) de cada dez pessoas não votariam em um candidato que fosse membro de uma fé específica, mesmo que também fosse bem preparado, por exemplo, um presidente muçulmano.

A crença religiosa mostrou ter um papel fortuito sobre a tomada de decisões na condução da vida (67%) dos cidadãos, bem como sobre o posicionamento acerca de importantes assuntos como a crise no Oriente Médio. Pouco menos da metade dos estadunidenses (44%) acredita que Deus deu a terra que hoje é Israel para os judeus, e uma minoria (36%) acha que o Estado de Israel é cumprimento de uma profecia bíblica sobre o retorno de Jesus à terra. Aliás, os simpatizantes da causa de Israel constituem maioria de 41%. A favor dos palestinos há inexpressivos 13%. Para 44% dos *americanos*, o islamismo incita mais violência do que outras religiões, sendo tal opinião mais comum entre aqueles que se consideram politicamente conservadores (54%).

A maior parte das pessoas concorda que a religião está perdendo influência na vida *americana* (56%), e uma boa parcela acredita que a religião é muito responsável pelas guerras (44%).

A respeito de Bush, 62% dos entrevistados crêem que o presidente consegue atingir a justa medida ao expressar sua fé religiosa e 58% acham que

²² Trata-se de um incentivo político criado pelo governo Bush chamado *faith-based initiative* (iniciativas baseadas na fé), que permitem dotar de subvenções federais as organizações religiosas para que as destinem aos seus programas de assistência social.

ele sabe relacioná-la apropriadamente à sua conduta política. Nessa época, 47% queriam reelegê-lo e seu forte apoio vinha dos evangélicos brancos (69%), seguido de católicos brancos (52%) e outras denominações protestantes (47%). Ao comparar os eleitores de Bush com os de Gore, foi revelado que o dobro das pessoas que votaram em Bush (2000) baseou-se com frequência na crença religiosa ao votar (32% Bush contra 16% Gore). A importância da religião é mais comum aos republicanos na hora do voto, confirmado por 33%; já entre os democratas foi de 22%, diminuindo mais ainda com os independentes (17%). Praticamente metade dos protestantes evangélicos brancos (48%) — e um percentual maior entre os evangélicos considerados mais comprometidos com a religião (60%) — relatou que a crença religiosa influi na decisão do voto. Em outras denominações protestantes obtiveram-se 10% entre os brancos e 31% entre os negros. Revelou-se também que a base política de Bush permanecia intacta naquele momento, já que sua maior força vinha dos evangélicos protestantes brancos (69%) e católicos brancos (52%).

Há uma tipologia comportamental peculiar encontrada nos eleitores de Bush, por exemplo: 52% dos indivíduos que costumam hastear bandeiras em diferentes lugares (casa, carro, trabalho, entre outros locais) votam em Bush, contra 32% que não votam; proprietários de armas comparados aos que não as possuem (61% contra 26%); favoráveis à pena capital em relação aos opositores (52% contra 22%); os que se opõem ao casamento *gay*²³ e os simpatizantes à causa (54% contra 28%).

6. CONCLUSÃO

Por meio da síntese estatística disposta, fica evidente a importância dos valores da religião na vida dos estadunidenses, bem como quanto os efeitos do 11 de Setembro influenciaram a todos. A partir do cruzamento dos dados, é possível traçar um bom perfil dos cidadãos e eleitores de Bush. Apesar de os cidadãos revelarem que a religião não interfere no voto, observa-se, logo em seguida, outros dados paradoxais que mostram uma incongruência nessa resposta, vista, por exemplo, em relação à interferência da decisão de voto dada a certos candidatos cuja afiliação religiosa não seja condizente com a do eleitor, mormente quando o candidato declara não possuir fé.

A predileção a Bush é fundamentalmente constituída por religiosos, preferencialmente os evangélicos protestantes brancos e, melhor ainda, se estes forem conservadores, homófobos, portadores de arma, favoráveis à pe-

²³ Bush apoiou uma emenda constitucional, rejeitada pelo Plenário do Senado em 7.6.2006, que visava proibir o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo nos cinquenta Estados estadunidenses.

na capital, patriotas de bandeira em punho, simpatizantes à causa israelita e temente aos muçulmanos.

Nesse sentido, tudo leva a crer que um discurso que utilize argumentos estimuladores desses valores e outros similares — os quais estão principal e profundamente arraigados em uma história religiosa dos Estados Unidos repleta de símbolos e significados — faça uma enorme diferença, principalmente após o 11 de Setembro, um evento dramático que trouxe à tona desequilíbrio e sentimentos de muita fragilidade. A retórica de Bush com certeza fez diferença, seja pelo papel simbólico que ele ocupa como modelo da figura especial que um presidente possui nos Estados Unidos, seja por meio de sua insistente retórica fundada em diversos elementos representativos ao povo estadunidense, como: a saga heróica dos Peregrinos, dos Pais Fundadores, dos queridos presidentes da história, do juramento — e do próprio amor — à bandeira, do chamado e da eleição de Deus, da promessa, da compaixão, da oração, da fé e do maniqueísmo ético protestante do Bem (Estados Unidos) e do Mal — este último representado por tantos inimigos quanto a fantasia paranoicamente arquitetada possa construir, pois foram muitos os inimigos: os alemães e o nazismo, a ciência, o darwinismo, a URSS, a pulverização dos comunistas russos, os asiáticos, os latinos desvairados e até os “estrangeiros imigrantes”. Aliás, sobre esse aspecto, vale indagar: quem são os *americanos*? Não são estrangeiros em sua própria terra? Quem temem? A própria constituição de si mesmo, de sua linhagem? Ironicamente, não faz muito tempo, Bush assinou um novo plano de imigração com direito a colocar “*minutemen-pós-modernos-voluntários*” de guarda na fronteira, além da construção de um muro na fronteira com o México, sem parar por aí! (GARCEZ, 2006).

Nos argumentos de Bush também se fez uma passagem dos heróis da história antiga à criação de heróis contemporâneos, transformados na imagem dos bombeiros, das equipes de socorro, dos comissários de bordo, dos cidadãos comuns, dos policiais e dos soldados. Todos foram, juntos, e por causa dos terroristas, atores de uma atualidade inserida em uma proposta moderna, tal qual Baudrillard (2004, p. 85) já chamara atenção sob outras circunstâncias:

Ora, não é isso que se exige do espectador? Não vivem pedindo que ele se torne ator, que abandone sua inércia de espectador e intervenha no espetáculo? Não é o *leitmotiv* de toda cultura da participação?

É nessa ausência de estratégia política original que Bush e os terroristas tomam participação. Não há diferença entre ambos, pois os dois lados agem em lugar-comum, pela ameaça, pela chantagem, pela dissuasão, pelo espetáculo.

De um lado, há os terroristas promovendo um espetáculo cruelmente real, levando aviões à causa do desespero e ao desespero de suas causas. Do outro, temos o espetáculo cruelmente virtual, que, patrocinado pelo modelo capitalista neoliberal — *time is money* —, veicula as imagens captadas *ad nauseam* ao espectador confuso entre a realidade e a costumeira e divertida ficção “hollywoodiana”. De um lado, temos Bin Laden, “negro”, oriental, e seu discurso religioso islamita radical. De outro, temos Bush, branco, ocidental, e seu discurso evangélico protestante igualmente radical.

Mais uma vez, Baudrillard (2004, p. 87), de certo modo análogo a esse respeito, discorre sobre o que ele chama de realidade do transpólitico, um fenômeno que leva a participação ao limite mais trágico possível:

O que nos fascina nessa operação, apesar de toda a reação moral, é a atualidade paroxística do modelo, é o fato de que esses acontecimentos são o espelho de nosso próprio desaparecimento como sociedade política, que os pseudo-acontecimentos “políticos” tentam desesperadamente camuflar.

Talvez o problema resida na percepção moral influenciada pela ética religiosa, que julga o que é o Bem e o Mal, tal qual a proposta de Bush. Isso, no entanto, é uma falácia que nos ilude, pois, o Bem e o Mal “[...] são princípios de nosso juízo ético; mas levados à última raiz ôntica, são ‘princípios’, aspectos de Deus, nomes de Deus” (JUNG, 2000, p. 184). Portanto, de nada adianta atribuir ao outro o Mal se não o enxergamos em nós, se julgamos sermos pertencentes ao universo do Bem. É preciso observar os opostos, pois aquele que percebe “[...] ao mesmo tempo sua sombra e sua luz este se enxerga dos dois lados e, assim, fica no *meio*” (JUNG, 2000, p. 188).

O Mal não é uma privação do Bem (*privatio boni*), isto é, não se opõem, possuem essência assimétrica e não procedem do mesmo movimento. São de naturezas distintas e entre eles há um equilíbrio antagônico. Se fosse possível apenas escolher o que nos melhor aprovesse, conforme a base a moral gostaria, nada impediria que cada uma das polaridades obtivesse autonomia e se desenvolvesse por si só: caso assim fosse, viveríamos homogeneizados e pasteurizados em uma das polaridades, tal qual o desejo de Bush, que tenta implementar a argumentação do Bem — intitulado a si e aos Estados Unidos como o grande ícone mundial do Bem — e repelir o Mal a todo custo, mesmo que para isso, dentro de sua lógica ética, pratique o Mal em nome do Bem, por exemplo, quando tomado pela *hybris* em ato de deliberação própria declara guerra por desejar “conduzir o mundo à liberdade”, porque os Estados Unidos, eleitos de Deus, devem cumprir com sua missão, seu chamado e ficar em paz compassiva com sua promessa (BAUDRILLARD, 2002).

Infelizmente, o rumo das coisas não parece caminhar desse jeito, até porque, se houvesse a prevalência do Bem e a supressão do Mal, ficaríamos

[...] à mercê das forças do Bem. Nesse sentido, o Mal nos protege do pior, que seria a proliferação automática das células quando não utiliza mais o mecanismo de sua morte programada. Tradicionalmente, só somos sensíveis à ameaça de que as “potências do mal” fazem pesar sobre o Bem, enquanto que é a ameaça do Bem que é fatal para nosso mundo futuro (BAUDRILLARD, 2002, p. 96).

A guerra de Bush é em nome do Bem; daí decorre o eminente perigo, tal qual o paradoxal espelho mágico da bruxa madrasta que não quer ter sua imagem real deflagrada, pois prefere que o outro tenha para si aquilo que lhe é próprio, isto é, sua própria falta de beleza.

A retórica religiosa de Bush vem a serviço de legitimar o que no meio político ficou conhecido por “doutrina Bush” e, para tanto, o presidente não hesitou em utilizar quantos símbolos lhe estivessem ao alcance e tantos outros recursos discursivos pudesse emitir, pouco parecendo lhe importar se para isso precisasse recorrer ao apelo da tragédia do 11 de Setembro, que não foi só representativa aos Estados Unidos, mas ao mundo. De tudo que havia no fundo de sua retórica, o que mais continha eram elementos religiosos que, como flechas, contundentes e certeiras, advindos do *ethos* do orador, atingiam o *pathos* da nação já ferida. Assim, Bush fez uso, mais do que tudo, do argumento da liberdade, para que não houvesse escapatória, posto que com esse elemento encontraria eco em toda a nação; afinal de contas, não deve haver sentido mais religioso do que a liberdade para os Estados Unidos, pois foi ela que deu origem à nação, foi ela a responsável pelo sentido da democracia estadunidense. A liberdade foi o princípio de tudo, a origem da nação, o ímpeto e a força dos *Pilgrim Fathers*, que a conquistaram sob a égide e o desígnio de Deus. A ela se deve a existência da alma *americana* e, por esse motivo, adquire valor religioso único e inigualável.

Enfim, preferimos concluir este artigo pelo Bem, pelo Mal e pela liberdade.

Os dois primeiros servem para que não esqueçamos que a ilusão da escolha de um sempre nos impelirá ao outro e, por isso, melhor seria reconhecer ambos, melhor confiar na existência de uma dinâmica única que está sempre bailando, em par, dentro de nós, acompanhando o ritmo melódico uníssono da vida.

E, por fim, o último, a liberdade, para que também não nos esqueçamos do caráter ilusório que ela nos propõe, pois a plenitude da liberdade pode ser a própria prisão. Parafraseando Rousseau (1996): o homem *não* nasce livre, mas está sim preso a ferros por toda parte. Porém, as grades da prisão foram construídas por ele próprio, portanto, fazem parte dele. Felizmente, não somos *bons selvagens* e, justamente por isso, constituímos-nos humanos.

Embora essa noção de liberdade esteja tanto mais próxima de um idealismo quanto mais distante da realidade, isso não quer dizer que devemos abandonar tal idéia por completo; ao contrário, devemos prosseguir inspirados na construção de um mundo realmente livre que acredite no estado bom da natureza humana, todavia, sem deixar de encarar o lado sombrio.

REFERÊNCIAS

- A BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução e coordenação Gilberto da Silva Gorgulho et al. São Paulo: Paulinas, 1981.
- ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BAUDRILLARD, J. *A troca impossível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- _____. *A transparência do mal: ensaios sobre os fenômenos extremos*. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2004.
- BEALE, D. *The Mayflower Pilgrims: roots of Puritan, Presbyterian, Congregationalist, and Baptist heritage*. Greenville: Ambassador Emerald, 2000.
- BELLAH, R. *The broken covenant: American civil religion in time of trial*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRANDÃO, J. de Souza. *Mitologia grega*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1.
- BREMER, F. J.; BOTELHO, L. A. *The world of John Winthrop: essays on England and New England, 1588-1649*. Charlottesville: University Press of Virginia, 2005.
- CAMPBELL, J. *O poder do mito*. 21. ed. São Paulo: Palas Athena, 2003.
- CHAUÍ, M. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CRAIN, C. The Puritan dilemma. *The New York Times*. New York, 21 sept. 2003. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9C06E2D6103BF932A1575AC0A9659C8B63&pagewanted=1>>. Acesso em: 29 jan. 2005.
- GARCEZ, B. Bush assina lei que prevê muro na fronteira com México. *BBC Brasil.com*, Phoenix, 26 out. 2006. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/10/061026_bush_muro_crg.shtml>. Acesso em: 2 jan. 2007.
- HOBBSAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JUNG, C. G. *Civilização em transição*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (Obras Completas de C. G. Jung, v. 10/3).
- JUNQUEIRA, M. A. Representações políticas do território latino-americano na Revista Seleções. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 323-342, 2001a.
- _____. *Estados Unidos: a consolidação de uma nação*. São Paulo: Contexto, 2001b.
- _____. O discurso de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano. *Revista Margem: humanismo e barbárie*, São Paulo, n. 17, p. 163-171, jun. 2003.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- KARNAL, L. *Estados Unidos: a formação da nação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- LASCH, C. *The agony of the American left*. New York: Vintage Books, 1969.
- _____. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- MARINHO, K. M. *In the president we trust: uma análise da concepção religiosa na esfera política dos Estados Unidos presente nos discursos de George W. Bush*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.
- MARSDEN, G. M. *The agony of the american left*. New York: Vintage Books, 1969.
- _____. *Fundamentalism and american culture: the shaping of twentieth century evangelicalism, 1870-1925*. Oxford: Oxford University Press, 1980.
- MARTIN, W. *With God on our side: the rise of religious right in America*. New York: Broadway Books, 2005.
- MILLER, P. *The American Puritans: their prose and poetry*. New York: Columbia University Press, 1982.
- PERELMAN, C. *O império retórico*. Porto: ASA, 1993.
- _____. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PESQUISA revela tendência de queda na popularidade de Bush. *Folha Online*, São Paulo, 3 jul. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u26130.html>>. Acesso em: 1º nov. 2005.

PEW RESEARCH CENTER FOR THE PEOPLE & THE PRESS. *Americans struggle with religion's role at home and abroad*. 2002. Disponível em: <<http://peoplepress.org/reports/print.php3?PageID=390>>. Acesso em: 16 jan. 2006.

_____. *Religion and politics: contention and consensus*. 2003. Disponível em: <<http://peoplepress.org/reports/display.php3?PageID=724>>. Acesso em: 26 jan. 2006.

ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social: ensaio sobre a origem das línguas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Coleção Os Pensadores, v. 1).

SELLERS, C. et al. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

TOCQUEVILLE, A. de. *A democracia na América*. 2. ed. São Paulo: Itatiaia, 1977.

TOTA, A. P. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

WILCOX, C. *Onward Christian soldiers? The religious right in American politics*. Colorado: Westview Press, 2000.